

celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de junho de 2012, com a trabalhadora Maria Clara Germano Bento Borges Pires, para exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Assistente Operacional, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES V-Odivelas, com a remuneração correspondente à posição remuneratória 1.ª da categoria e ao nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única, de Assistente Operacional o correspondente a 485,00 €.

Para efeitos do disposto do artigo 12.º da LVCR, ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Dr. Luís Manuel Coelho Guerreiro Martins, Assistente de Medicina Geral e Familiar.

Vogais efetivos: Ana Paula Branquinho Faria Santos Lucas, Enfermeira Graduada, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Maria Lurdes Arrais Pacheco Lopes, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Isabel Maria Miranda Ribeiro, Enfermeira Graduada e Cláudia Patrício Correia Milagres, Assistente Técnica.

O período experimental inicia -se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, de acordo com a alínea a) do ponto 1 do artigo 76.º do RCTFP para a carreira e categoria de Assistente Operacional, ou sendo o caso, pela cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 1/2009) celebrado entre as entidades empregadoras públicas, a Frente Sindical encabeçada pelo STE, publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, parte J3, de 28 de setembro de 2009, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, publicado no *Diário da República* n.º 42, 2.ª série, parte J3, de 2 de março de 2010.

18 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206283595

#### Aviso (extrato) n.º 10396/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna -se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso de abertura n.º 15438, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de agosto de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de junho de 2012, com a trabalhadora Lídia da Conceição Silva Figueiredo Silveira, para exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Assistente Operacional, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES V-Odivelas com a remuneração correspondente à posição remuneratória 1.ª da categoria e ao nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única, de Assistente Operacional o correspondente a 485,00€.

Para efeitos do disposto do artigo 12.º da LVCR, ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Dra. Elsa Zita Andrade de Castro Sapatinha, Médica Assistente Graduada

Vogais efetivos: Célia Palmeiro, Enfermeira Graduada, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Maria Fernanda Correia Rego Ferreira, Assistente Técnico.

Vogais suplentes: Ana Rosa Arruda Coné Aguiar, Enfermeira Graduada e Maria de Jesus Carvalho Cardoso Chumbo, Assistente Técnico.

O período experimental inicia -se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, de acordo com a alínea a) do ponto 1 do artigo 76.º do RCTFP para a carreira e categoria de Assistente Operacional, ou sendo o caso, pela cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 1/2009) celebrado entre as entidades empregadoras públicas, a Frente Sindical encabeçada pelo STE, publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, parte J3, de 28 de setembro de 2009, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, publicado no *Diário da República* n.º 42, 2.ª série, parte J3, de 2 de março de 2010.

18 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206283668

#### Aviso (extrato) n.º 10397/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso de abertura n.º 15438, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de agosto de 2010, foi

celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 10 de julho de 2012, com a trabalhadora Isabel Maria Tomé Almeida, para exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Assistente Técnica, do Mapa de Pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP/ACES Grande Lisboa V — Odivelas, com a remuneração correspondente à posição remuneratória 1.ª da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, correspondente a 683,13 €.

Para efeitos do disposto do artigo 12.º da LVCR, ex vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: João Batista Santos Nascimento, Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar e Coordenador na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pontinha/Urmeira.

Vogais efetivos: Maria João Freixo Didier Ferreira, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Ana Isabel R. Cruz Madeira, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Maria Carmo Cardoso Brutt Pacheco, Assistente de Medicina Geral e Familiar e Maria Ana Estevas Linhas Roxas, Assistente Técnica.

O período experimental inicia -se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, de acordo com a alínea a) do ponto 1 do artigo 76.º do RCTFP para a carreira e categoria de Assistente Técnica, ou sendo o caso, pela cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 1/2009) celebrado entre as entidades empregadoras públicas, a Frente Sindical encabeçada pelo STE, publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, parte J3, de 28 de setembro de 2009, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, publicado no *Diário da República* n.º 42, 2.ª série, parte J3, de 2 de março de 2010.

18 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206284518

#### Aviso (extrato) n.º 10398/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna -se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso de abertura n.º 15438, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de agosto de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 10 de julho de 2012, com a trabalhadora Filipa Alexandra Gil Batalim Francisco, para exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Assistente Técnica, do Mapa de Pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP/ACES Grande Lisboa V — Odivelas, com a remuneração correspondente à posição remuneratória 1.ª da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, o correspondente a 683,13€.

Para efeitos do disposto do artigo 12.º da LVCR, ex vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Sandra Filipa Santos Figueira Mateus Ferreira, Técnica Superior.

Vogais efetivos: Susana Alexandra Varela Rocha Francisco, Assistente Técnica, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Anabela Abreu Passos Santos, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Maria de Fátima Pedrosa Gama Silva Moço, Assistente Técnica e João Guedes Costa Passos, Assistente Técnico.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, de acordo com a alínea a) do ponto 1 do artigo 76.º do RCTFP para a carreira e categoria de Assistente Técnica, ou sendo o caso, pela cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 1/2009) celebrado entre as entidades empregadoras públicas, a Frente Sindical encabeçada pelo STE, publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, parte J3, de 28 de setembro de 2009, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 42, 2.ª série, parte J3, de 2 de março de 2010.

18 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206284372

#### Aviso (extrato) n.º 10399/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna -se público que, na sequên-

cia de procedimento concursal aberto por aviso de abertura n.º 15438, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de agosto de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 10 de julho de 2012, com a trabalhadora Maria Alexandra Mata Laja, para exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Assistente Técnica, do Mapa de Pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale de Tejo, IP/ACES Grande Lisboa V — Odivelas, com a remuneração correspondente à posição remuneratória 1.ª da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, o correspondente a 683,13€.

Para efeitos do disposto do artigo 12.º da LVCR, ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Cláudia Sofia Rodrigues Samouqueiro Vasconcellos, técnica superior e Responsável da Unidade de Apoio e Gestão do ACES V — Odivelas.

Vogais efetivos: Sónia Cecília Salgado Mariano, Assistente Técnica, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Sandra Manuela Barradas Carriço, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Susana Alexandra Varela Rocha Francisco, Assistente Técnica e Anabela Abreu Passos Santos, Assistente Técnica.

O período experimental inicia -se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, de acordo com a alínea a) do ponto 1 do artigo 76.º do RCTFP para a carreira e categoria de Assistente Técnica, ou sendo o caso, pela cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 1/2009) celebrado entre as entidades empregadoras públicas, a Frente Sindical encabeçada pelo STE, publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, parte J3, de 28 de setembro de 2009, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, publicado no *Diário da República* n.º 42, 2.ª série, parte J3, de 2 de março de 2010.

18 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luis Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206284567

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

#### Aviso n.º 10400/2012

**Concurso interno de ingresso para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal 2012, na categoria de técnico de informática, grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, no Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira.**

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que, por despacho do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.), de 24 de fevereiro de 2012, no âmbito das suas competências, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso geral para a categoria de técnico de informática, grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mapa de pessoal do INSA, I. P. — Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira, na modalidade de relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

3 — Prazo de validade — o procedimento caduca com o provimento do posto de trabalho a concurso.

4 — Identificação e caracterização dos postos de trabalho — A área funcional do lugar a ocupar enquadra-se no Núcleo de Gestão e Administração Geral do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira, ao qual compete assegurar os procedimentos relativos aos Serviços de Apoio à Investigação, Gestão e Administração, nomeadamente no apoio ao Setor de Informática, cujas competências se encontram estabelecidas no artigo 50.º do Despacho Normativo n.º 15/2009, de 7 de abril.

5 — Local de trabalho — Instalações do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira, I. P., sitas na Rua Alexandre Herculano, 321, 4000-055 Porto.

6 — Remuneração — Fixada de acordo com a tabela salarial correspondente à categoria para a qual está aberto o procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão -

7.1 — Requisitos gerais — Poderão candidatar-se ao presente procedimento, os trabalhadores que até à data limite para apresentação das candidaturas, possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da LVCR e reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Ter 18 anos de idade completos;
- b) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- c) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir plano de vacinação obrigatória válido.

7.2 — Requisitos especiais — Trabalhadores habilitados com adequado curso tecnológico, curso das escolas profissionais ou curso que confira certificado de qualificação de nível III em áreas de informática.

7.3 — Requisitos preferenciais — Experiência profissional em configuração, instalação e manutenção de software aplicável à área da saúde, nomeadamente Softlab, Slicelab, LabWay, Omega, Sigalis, Dogma, SIAG.

8 — Formalização das candidaturas -

8.1 — Nos termos conjugados dos artigos 27.º e 51.º da Portaria, as candidaturas deverão ser formalizadas, através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica do INSA, I. P., em [www.insa.pt](http://www.insa.pt) na funcionalidade “Quem somos — instrumentos de gestão — admissão de pessoal”.

8.2 — Só serão admitidas candidaturas apresentadas em suporte de papel.

8.3 — As candidaturas podem ser entregues pelas seguintes vias:

Pessoalmente no Setor de Expediente Geral, na morada indicada no ponto 1, com indicação exterior de Procedimento concursal — Aviso n.º ..., de..., Ref. ....”, no período compreendido entre as 09H30M e as 16H30M; ou,

Remetidas pelo correio, em envelope fechado, com aviso de receção, situação em que se atenderá à data do respetivo registo, endereçado ao Núcleo de Gestão e Administração Geral do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira — INSA, I. P., sito na Rua Alexandre Herculano, 321, 4000-055 Porto, com indicação exterior de “Procedimento concursal — Aviso n.º ..., de...”.

Entregues pessoalmente no Serviço de Expediente, na morada indicada no ponto anterior, com indicação exterior de “Procedimento concursal — Aviso n.º ..., de...” no período compreendido entre as 08H30M e as 16H30M.

8.4 — As candidaturas devem ser acompanhadas, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* atualizado, dele devendo constar os seguintes elementos endereço de correio eletrónico, habilitações literárias, funções que exerce bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação da entidade promotora, data de frequência e duração (em horas);

b) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Fotocópias de documentos comprovativos da formação profissional, nos termos do exigido na parte final da alínea a) deste ponto;

d) Declaração emitida pelo serviço de origem, devidamente atualizada, da qual conste de maneira inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, o exercício de funções inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade funcional das mesmas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria, bem como a antiguidade na Administração e na carreira;

e) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado;

f) Declaração onde conste a avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria ou, sendo o caso, indicação dos motivos de não avaliação em um ou mais anos;

g) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence com informação do vencimento auferido à data da candidatura (posição remuneratório, nível remuneratório, remuneração base).

h) Indicação do Número de Identificação Fiscal (NIF).

8.5 — A não apresentação dos documentos exigidos pode inviabilizar a aplicação dos métodos de seleção ou determinar a exclusão do candidato;

8.6 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu curriculum, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações;